

DISCIPLINA E CONTROLE NA ESCOLA: DO ALUNO DÓCIL AO ALUNO FLEXÍVEL *

Antônio Luiz Moraes, ULBRA **

Alfredo Veiga-Neto, UFRGS ***

Palavras-chave:

Michel Foucault — Gilles Deleuze — práticas disciplinares — internet
sociedade disciplinar — sociedade de controle — telefone celular — rizoma

*As pessoas sabem aquilo que elas fazem;
freqüentemente sabem por que fazem o que fazem;
mas o que ignoram é o efeito produzido por aquilo que fazem.*
(FOUCAULT *apud* DREYFUS & RABINOW, 1995: 206)

A popularização da Internet, associada à recente difusão de tecnologias de conexão sem fio, inaugura, na aurora do século XXI, conforme Lemos (2004), uma era de conexão. Cada vez mais, somos envolvidos num ambiente de conexão generalizada por meio de processamentos contínuos, ultra-velozes e rizomáticos, nas mais variadas condições de realidade e distância, no exato momento em que os eventos ocorrem. Essa conjuntura, sob muitos aspectos, foi sinalizada por Gilles Deleuze (1992) no pequeno artigo “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle”, onde ressalta que desde o término da Segunda Guerra Mundial está acontecendo a implantação progressiva e dispersa de uma nova forma de poder e dominação. Desde então, segundo o autor, estamos entrando em sociedades que não funcionam mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea, e que operam por meio de computadores.

A progressiva convergência das tecnologias eletrônico-digitais, viabilizada pela crescente miniaturização e o aumento paralelo da capacidade e velocidade de processamento, promove aquilo que se denomina computação ubíqua, em que o computador incorpora-se aos objetos do cotidiano, de modo que mobilidade e portabilidade passam a ser indicadores de inovação em computação. Atualmente, praticamente todas as formas de processamento da informação, inclusive as telecomunicações, são fornecidas em formato digital, e estão, cada vez mais, integradas na mesma rede planetária operada por computadores. Essa tendência para uma computação onipresente e acoplada aos corpos marca a emergência de uma sociedade hiperconectada em que se deve, constantemente, estar conectado ao fluxo contínuo e global de informações digitalizadas, onde “consumir informação” e “tornar-se informação consumível” geram situações e experiências que são quase sempre tidas como desejáveis ou, até mesmo, necessárias. Essas situações funcionam tanto como elementos de controle e distinção social, quanto como poderosos dispositivos de subjetivação. Um espaço eletrônico-digital rizomático de fluxos informacionais torna-se uma nova espécie de habitat para o ser humano. Bits, bytes, mega (bits,

bytes, hertz), giga (bits, bytes, hertz), entre tantas outras medidas de informação digital, passam a definir o nosso potencial de ocupação desse espaço.

Passamos a viver, cada vez mais, *on line*. A hora da conexão é qualquer hora; o lugar da conexão é qualquer lugar. Graças à proliferação das possibilidades de conexão em tempo real, multiplicam-se as posições de sujeito, agora ocupadas por indivíduos flexíveis, cujas subjetividades geram-se e renovam-se em inúmeras e transitórias conexões (*nós* flexíveis). Troca-se progressivamente o modo de submissão “olho-no-olho”, “cara-a-cara”, “*tête-à-tête*” por uma forma de submissão eletrônica independente dos lugares. Essa mudança de ênfase nos modos de subjetivação tem articulação imediata com a escola, tendo em vista que essa instituição ainda permanece bastante referenciada nos procedimentos disciplinares e envolvida na produção de indivíduos dóceis. Os procedimentos do controle, porém, assentados na instantaneidade e reversibilidade dos fluxos informacionais nas redes eletrônico-digitais rizomáticas, investem, muito particularmente, sobre os espaços institucionais-disciplinares. Dessa forma, as práticas do controle entrecrocavam-se com as práticas disciplinares escolares, acarretando um desencaixe das práticas operadas na duração de um quadriculamento entre quatro paredes com aquelas exercidas através de múltiplas e variadas distâncias espaciais em tempo real (GIDDENS, 1991). Em decorrência disso, conforme Veiga-Neto (2008), a ênfase na estrutura hierárquica, centralizada, estável e arborescente da disciplina escolar —seja no eixo do corpo, seja no eixo dos saberes— desloca-se, agora, em favor de práticas escolares mais flexíveis, descentralizadas, cambiantes e rizomáticas.

Nas instituições disciplinares, de acordo com Foucault (1996), os indivíduos são fixados em distintos espaços de confinamento e são por eles formados independentemente. A inscrição geográfica local é um meio de exercício do poder. A crise das instituições constituídas na Modernidade como a escola, por exemplo, significa, na realidade, uma mudança de ênfase das práticas disciplinares de confinamento, enquadramento e vigilância para práticas do controle, centradas no movimento instantâneo, aleatório e reversível dos fluxos informacionais nas redes eletrônico-digitais planetárias. A produção da subjetividade passa, então, de formas determinadas, rígidas e centralizadas para uma multiplicidade difusa, aleatória e flexível de geração de subjetividades.

Objetiva-se com este trabalho contribuir para o entendimento de como se dá a articulação dos procedimentos do controle com a escola. As recentes discussões acerca do uso do telefone celular na sala de aula foram o ponto de partida para esta reflexão. Diante dos enormes clamores dos professores, vários estados e municípios brasileiros estão se mobilizando no sentido de regulamentar o uso dos telefones celulares na sala de aula. Tais iniciativas povoaram o segundo semestre de 2007, e no Estado do Rio Grande do Sul materializa-se na Lei nº 12.884 de 03 de janeiro de 2008, que proíbe a utilização do telefone celular na sala de aula em todos os estabelecimentos de ensino do Estado.

O telefone celular representa, atualmente, um dos principais ícones do “estar conectado em rede”, pois associa portabilidade e mobilidade a um enorme potencial de inclusão digital. Seu usuário representa um ponto permanente de conexão com outros usuários e com informações que gravitam ao seu redor. Os celulares estão cada vez mais presentes na paisagem urbana. No Brasil, a teledensidade —indicador utilizado internacionalmente para demonstrar o número de telefones em serviço para cada grupo de 100 habitantes— alcançou o índice de 64,50 em janeiro de 2008, conforme dados da Anatel. O já consagrado potencial de inclusão digital dos telefones celulares passará, ainda, por uma super revigoração. O casamento da telefonia móvel com a Internet de banda larga, a partir do advento e expansão da tecnologia 3G, fará do celular um *mix* de diferentes elementos de mídia, incluindo voz, vídeo, som, cor, imagens e animação. O telefone celular 3G significa a possibilidade de acesso à Internet de banda larga na palma da

mão, com a mesma velocidade e desempenho dos poderosos microcomputadores instalados em casa ou no trabalho. Esse pequeno computador tem capacidade e velocidade de processamento muitíssimas vezes superior ao primeiro computador programável que ocupava uma área de 180 metros quadrados. Por aí, pode-se vislumbrar que está em curso acelerado, conforme ressalta Castells (2007), uma verdadeira revolução da tecnologia da informação.

Sugere-se que alguns comportamentos renitentes dos alunos como o uso e a exibição de telefones celulares na sala de aula —atitude geralmente qualificada como indisciplinar— sejam entendidos como manifestação de uma nova forma de subjetivação, acalentada, muito especialmente, pela larga difusão das tecnologias eletrônico-digitais portáteis de conexão sem fio. Dessa forma, tais comportamentos não devem ser entendidos simplesmente como atos indisciplinados ou resistências frente aos professores ou à escola, mas, sim, como o exercício dessa nova forma de subjetivação e controle social. Apesar do uso do telefone celular na sala de aula ter restrição na maioria das escolas, é cada vez maior o número de alunos que portam e exibem esses aparelhos, cada vez menores e mais sofisticados, como uma extensão dos seus corpos. Moraes (2008) apresenta um relato significativo dessa “estreita” relação:

Enquanto o professor fazia sua exposição, ouviam-se toques de telefones celulares. Incomodado, o professor recolheu todos os telefones celulares numa determinada fileira de classes, de onde provavelmente os sons estavam sendo emitidos. Na fila, havia sete alunos. O professor recolheu sete aparelhos e os entregou à Coordenação. No final do turno, os alunos compareceram à Coordenação, bastante ansiosos, beirando à impaciência. Após serem advertidos e orientados, os aparelhos foram devolvidos aos alunos. Uma aluna, quando pegou o seu aparelho, beijou-o, fitou-o e disse: — *Meu celular querido. Ai, que saudade!* (MORAES, 2008: 126)

A teimosia, quase natural, do alunado em utilizar telefones celulares na sala de aula, aponta, antes, para a manifestação de uma subjetividade flexível, constituída nos *nós* flexíveis e efêmeros das redes eletrônico-digitais rizomáticas. Essa subjetividade tem que ser competente e hábil para operar na oposição “consumir informação/tornar-se informação consumível”, em qualquer hora e em qualquer lugar. Os usuários dessas tecnologias, assim, territorializam *nós* flexíveis, despreocupadamente, e cooperam para a necessária expansão e manutenção da infraestrutura do espaço eletrônico-digital de fluxos informacionais. Dessa forma, contribuem, sem culpa, para a concentração geopolítica do poder em economias informacionais, balizadas pelo nível e pela qualidade de ocupação do espaço eletrônico-digital planetário.

Com base na perspectiva de que a história é a humanidade avançando de uma dominação para outra (DREYFUS & RABINOW, 1995), pretende-se descrever os procedimentos do controle, tendo por referência a magistral descrição de Foucault (2002) acerca dos procedimentos da disciplina, principalmente em *Vigiar e Punir*, para verificar, mais refinadamente, a articulação dos procedimentos do controle com a escola. A partir das estratégias de utilização do espaço, do tempo e do corpo da disciplina, bem como de suas operações, procura-se caracterizar as estratégias e as operações do controle. Tem-se o propósito de identificar pontos mínimos de simetria entre disciplina e controle, para poder reconhecer, com maior clareza, pontos de assimetria, e dessa forma delinear mais seguramente os procedimentos do controle. O quadro “Procedimentos de poder” representa o esforço envidado no sentido de uma caracterização dos procedimentos do controle a partir dos procedimentos da disciplina.

Quadro 1: Procedimentos de poder

	DISCIPLINA	CONTROLE
Estratégias espaço-temporais	Confinamento e distribuição espacial Capitalização do tempo e controle da atividade	Conexão e dispersão espacial Tempo real e controle de fluxos informacionais
Operações	Vigilância hierárquica Sanção normalizadora Exame	Controle rizomático Imperativo da conexão Perfil informático
Figura arquitetural	Panóptico (poucos vigiam muitos <i>in loco</i>)	Corpo-Rede (muitos controlam muitos <i>on line</i>)
Produção	Corpo dócil-exercitado	Corpo-digital flexível

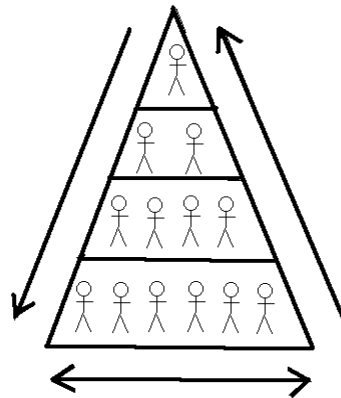
Fonte: Moraes (2008: 30)

Para a estratégia espaço-temporal da disciplina: “confinamento e distribuição espacial”, tem-se no controle: “conexão e dispersão espacial”. O confinamento territorial é a principal estratégia da disciplina. A disciplina concentra os corpos num espaço fechado, fixa-os e submete-os a um quadriculamento, destinando cada indivíduo a um lugar e a cada lugar um indivíduo. Os procedimentos do controle, concentrando-se no espaço de fluxos informacionais das redes eletrônico-digitais rizomáticas, desconsideram as fronteiras e conspiram para a abolição da distinção do dentro e do fora, do público e do privado. O controle rizomático menospreza os confinamentos disciplinares; as posições geográficas perdem sua relevância. Não existem pontos fixos e posições, somente *nós* flexíveis e linhas mutantes, dispersas e aleatórias. Ao se “consumir informação” territorializam-se *nós* flexíveis que estabilizam linhas de segmentaridade. No mesmo instante, ao “tornar-se informação consumível” constituem-se linhas de fuga e desterritorialização que irão transmutar-se em linhas de segmentaridade, quando reterritorializadas em quaisquer outros lugares do planeta. Os espaços disciplinares centralizadores e hierárquicos operam uma segmentaridade linear onde cada segmento representa um episódio com limites bem definidos (Deleuze & Guattari, 1996). Os múltiplos *nós* flexíveis, viabilizados pela integração planetária, em tempo real, nas redes eletrônico-digitais rizomáticas, proporciona uma segmentaridade flexível, em que há uma múltipla e flexível comunicabilidade entre heterogêneos, tornando-se impossível traçar limites e fixar contornos.

Para a estratégia espaço-temporal da disciplina: “capitalização do tempo e controle da atividade”, tem-se no controle: “o tempo real e o controle de fluxos informacionais”. A disciplina confina os corpos, organiza-os no espaço e os distribui no tempo. A disciplina atua *in loco*. O tempo é linear e progressivo: “passado-presente-futuro”. O universo ultra-veloz dos fluxos informacionais nas redes eletrônico-digitais rizomáticas favorece um tipo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos e da sincronia dos tempos. A informação *on line*, diretamente acessível, reabsorve o espaço-tempo tradicional em proveito de uma organização em tempo real, cujas máximas são a velocidade, a flexibilidade e o fluxo contínuo de informações. O tempo do controle é o tempo real —o tempo da operação em andamento, comprimido num presente sempiterno. No regime do controle, o foco deslocará, então, da programação da atividade em distintos e sucessivos segmentos temporais para os fluxos contínuos de informações nas

redes eletrônico-digitais rizomáticas. Os eventos de um determinado lugar, ou de lugares indeterminados, devem ter impacto imediato sobre pessoas e lugares situados em distâncias variáveis e aleatórias. Assim surgem, sempre mais, demandas de resultados de curto-curtíssimo prazo.

Figura 1: Vigilância hierárquica



Fonte: Moraes (2008: 60)

Para a operação da disciplina: “vigilância hierárquica” tem-se no controle o “controle rizomático”. A vigilância hierárquica é um dos principais meios pelos quais os indivíduos são reunidos num espaço investido dos procedimentos da disciplina. A vigilância hierárquica é centralizante e verticalizante. Os indivíduos do segmento mais baixo, em maior número, são vigiados (olhados) pelos indivíduos do segmento imediatamente superior, em menor número, e assim progressivamente, até um ponto de acumulação —o olho central, que repassa todos os segmentos. Estabelece-se, assim, uma rede de vigilância de alto a baixo, mas também de baixo para cima e lateralmente. A vigilância disciplinar distribui os indivíduos em posições fixas, colocando-os num campo permanente de visibilidade, jogando na oposição do vigiar e ser vigiado, do ver e do ser visto, onde poucos vigiam/vêem muitos.

O controle rizomático é um dos principais meios pelos quais os indivíduos dispersos em distâncias variáveis são reunidos, ou percebidos, como *nós* flexíveis nas redes eletrônico-digitais rizomáticas. Esses *nós* flexíveis ressoam aleatoriamente e não convergem para um ponto central-fixo. Constituem-se na contínua oposição instantânea e reversível do “consumir informação” e “tornar-se informação consumível”, independente das posições geográficas. Conforme definido por Deleuze & Guattari (1995), o rizoma rege-se pela conexão entre *nós* flexíveis. No rizoma, qualquer *nó* flexível pode ser ou estar conectado a qualquer outro *nó* flexível. O rizoma pode ser rompido, quebrado em qualquer lugar, e retoma sua reprodução segundo uma ou outra de suas linhas. Possui múltiplas entradas, pode ser acessado de infinitos *nós* flexíveis, podendo daí remeter a quaisquer outros *nós* flexíveis. O controle rizomático, dessa forma, será flexível, expandir-se-á na horizontalidade e opor-se-á à rigidez das posições e à verticalidade da vigilância disciplinar-hierárquica. Os indivíduos, assim, devem ser todos intercambiáveis, e se definem “somente por um *estado* a tal momento” (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 27 – grifo dos autores). Nas redes eletrônico-digitais rizomáticas de fluxos informacionais, cada *nó* flexível representa uma “ilha de informação” e pode incluir um indivíduo, um grupo, uma empresa e até mesmo um Estado. Pode representar muita ou pouca gente. Porém, os *nós* flexíveis territorializam-se somente se houverem “solos férteis para fixação”, ou seja, ambientes

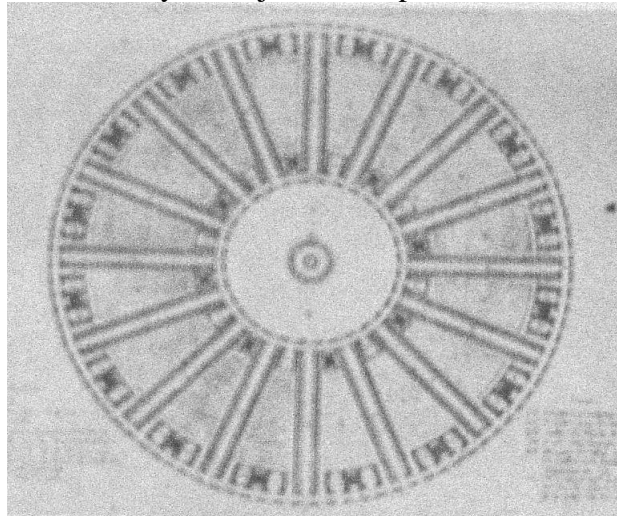
favoráveis para conexão (*software* de interface e uma taxa de transferência de dados adequada, por exemplo).

Para a operação da disciplina: “sanção normalizadora”, tem-se no controle o “imperativo da conexão”. Na disciplina, a sanção normalizadora —a arte de punir— opera a partir da especificação dos aspectos mais detalhados do comportamento cotidiano expressos em regulamentos exaustivos. Através de um processo criterioso e permanente de vigilância, a sanção normalizadora, ao mesmo tempo em que permite isolar e agir sobre pequenas condutas, emprega formas sutis e singulares de punição aos comportamentos caracterizados como anormais em distintos espaços de confinamento e quadriculamento. A norma é uma medida, uma maneira de produzir uma medida comum, a partir do jogo das oposições entre o normal e o anormal. Os processos de normalização produzem mais do que constroem. Ao individualizarem sempre, geram indivíduos num espaço disciplinar distinto e episódico. A sanção normalizadora também opera por um sistema de recompensas que permite classificar os comportamentos em adequados, merecedores de recompensa, ou em desviantes, merecedores de castigo. Esse procedimento permite a qualificação crescente das condutas e a conseqüente diferenciação e classificação dos indivíduos.

A interconexão planetária dos computadores em redes eletrônico-digitais rizomáticas tende a tornar-se a principal infra-estrutura de produção, transação e gerenciamento econômicos na Contemporaneidade. Dessa forma, é imperativo estar conectado e em rede para, constantemente e instantaneamente, ora “consumir informação”, ora “tornar-se informação consumível”. O imperativo da conexão acarreta um dismantelamento de estruturas rígidas, centralizantes e hierárquicas. As práticas disciplinares, rotinizadas e burocratizadas, são preteridas em favor de práticas mais flexíveis, descentralizadas e rizomáticas. No caso da escola, esse processo reduz a rigidez de suas práticas, levando a um questionamento contínuo dos modelos verticais, centralizadores e unidirecionais, em favor da adoção de modelos horizontais, descentralizadores e multidirecionais que privilegiam a comunicação em relação à coerção. Essa nova configuração requer um indivíduo que seja flexível diante da multiplicidade de possibilidades para conexão. É imperativo que o indivíduo esteja apto para múltiplas escolhas (conexões). Tudo deve se interligar e se adaptar sem resistência. Na disciplina a norma é uma medida de diferenciação e classificação dos indivíduos na oposição entre o normal e o anormal; no controle a conexão é uma medida de diferenciação e classificação dos indivíduos na oposição conectado/não conectado, adaptado/não adaptado, apto/não apto.

Para a operação da disciplina: “exame”, tem-se no controle o “perfil informático”. Na sociedade da informação e controle, verifica-se um deslocamento do procedimento disciplinar do exame para a composição de perfis informáticos, de modo que a informação se torna componente estratégico de constituição e de controle dos indivíduos. O modelo disciplinar supõe uma co-presença dos vigilantes e dos vigiados num espaço homogêneo em seu interior e distinto de outros espaços, colocando-os num campo de vigilância e situando-os numa rede de anotações escritas, que os captam e os fixam em distintos episódios temporais. Com o auxílio de poderosos programas computacionais, interligados nas redes eletrônico-digitais planetárias, é possível compor perfis personalizados de corpos posicionados em distâncias variáveis e aleatórias, não circunscritas a espaços definidos, a partir do cruzamento de dados, comparações, seleções, agrupamentos, projeções, seja para conter, seja para incitar. Por esse dispositivo, é possível estabelecer um controle remoto dos corpos. Dessa forma, os corpos são controlados e controlam-se uns aos outros remotamente, tendo por espaço comum de operação o espaço de fluxos informacionais das redes eletrônico-digitais rizomáticas.

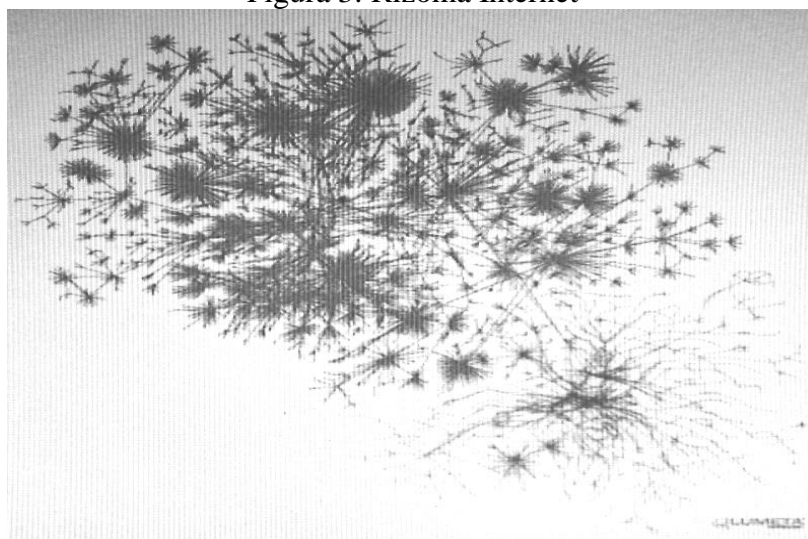
Figura 2: Polivalência do Panóptico
B. Poyet, Projeto de hospital, 1786.



Fonte: Foucault (2002)

O Panóptico é a figura arquitetural da disciplina; é a expressão da arquitetura da vigilância, conforme Foucault (2002). Trata-se de uma torre no centro, de onde se pode observar a totalidade dos seus espaços, permitindo uma visibilidade permanente dos comportamentos, mesmo os mais simples e corriqueiros. Cada indivíduo pode ser vigiado permanentemente e tem consciência desse seu estado. Sua única certeza é a de que pode estar sendo vigiado a qualquer momento. Embora a vigilância possa não ocorrer a todo instante, ela é sentida permanentemente. O indivíduo, dessa forma, sentindo-se constantemente vigiado, aprende a vigiar a si mesmo e torna-se o seu próprio guardião. O Panóptico é um mecanismo de localização dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos uns em relação aos outros. É um espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos. É o dispositivo polivalente da vigilância que estabiliza um poder que se manifesta por um olhar centralizador, em que “poucos vigiam muitos”. Poucos podem tudo ver, sem nunca serem vistos; e muitos podem ser vistos completamente, sem nada poder ver, exceto o símbolo dos poucos que vêem.

Figura 3: Rizoma Internet



Fonte: Cunha *apud* Moraes (2008: 80)

No regime da disciplina, os indivíduos passam por distintos espaços de confinamento e quadriculamento; deles saem de maneira linear, sendo por eles formados em distintos e progressivos episódios temporais. Esse processo implica sempre o recomeço do zero, quando do ingresso do indivíduo numa dada instituição, bem como uma quitação aparente quando do egresso dessa mesma instituição.

O controle não é linear; não tem início, nem fim, não tem centro, nem periferia, está sempre no meio. Como o rizoma, o controle não começa nem conclui; se encontra sempre no meio. No Panóptico, o vigilante vê todos os vigiados e os vigiados sabem que podem ser vistos permanentemente. Existe uma co-presença dos poucos vigilantes (ativos) e dos muitos vigiados (passivos) em distintos espaços de confinamento e quadriculamento, onde se sobrepõe a onipotência de um olhar de autoridade, hierárquico e centralizador. Na Internet, os indivíduos não estão em lugares, mas têm um endereço eletrônico aberto à conexão possível. Existem somente linhas que se ramificam em ultra-velocidade e aleatoriamente em todas as direções. Ao se “consumir informação” territorializam-se *nós* flexíveis e estabilizam-se linhas de segmentaridade; ao “tornar-se informação consumível” firmam-se linhas de fuga e desterritorialização, que se transmutam em linhas de segmentaridade quando reterritorializadas em outros *nós* flexíveis. Conforme Baudrillard (1991), já não há o imperativo de submissão ao olhar; não há mais vigilância, apenas a circulação orbital da informação digital, em que a última instância é o *bit* (0/1) —a menor unidade de impulso eletrônico. Troca-se a vigilância disciplinar nos distintos e episódicos espaços de confinamento por uma forma de submissão eletrônica independente dos lugares, em que apenas corpos-digitais se reconhecem. Já não há mais distinção entre vigilantes e vigiados. Ativos e passivos se emaranham na instantaneidade e reversibilidade dos fluxos informacionais nas redes eletrônico-digitais rizomáticas.

A Internet compõe-se de uma multiplicidade dispersa e aleatória de linhas e *nós* flexíveis. Por isso, o Rizoma Internet talvez seja a figura arquitetural dos procedimentos do controle, pois favorece que muitos e indeterminados controlem muitos e indeterminados remotamente. Dessa forma, não se tem mais o olhar centralizador e hierárquico da disciplina, mas uma multiplicidade de cérebros, dispersos, aleatórios, que não ressoam juntos e não convergem para um mesmo ponto central, mas que forma um corpo-sem-órgãos (DELEUZE & GUATTARI, 1996) – em que cada elemento não pára de variar e modificar sua distância em relação aos outros; um *Cyborg* (DE ROSNAY *apud* LEMOS, 1997) – uma entidade *cyborg* formada pelos neurônios humanos e as redes de circulação da informação digital; um Corpo-Rede (LEMOS, 1997) – um híbrido de corpo com rede, que não tem fronteiras claras entre a parte física e a parte rede.

A disciplina opera um controle minucioso das operações do corpo —concebido como um organismo distinto composto de órgãos—, colocando-o “numa maquinaria de poder que o esquadrinha, desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2002: 119). O objetivo é a produção de corpos dóceis e exercitados. Dessa forma, os procedimentos da disciplina exercem uma coerção contínua e ininterrupta sobre os corpos afixados em distintos e episódicos espaços de confinamento. Mecanizam e rotinizam os movimentos, os gestos, as atitudes, visando obter maior eficácia e economia. Os indivíduos, através de exercícios, são treinados para diferentes tarefas a partir de sua repetição gradual e progressiva, de acordo com a série temporal em que está inserido. Dessa forma, a disciplina interessa-se, muito particularmente, por uma rotinização minuciosa das atividades dos corpos, de modo que o tempo da vida, conforme Foucault (1996), se torne tempo de trabalho, o tempo de trabalho se torne força de trabalho, e a força de trabalho se torne força produtiva.

No controle experimenta-se uma hiper-interatividade com os computadores e os bancos de dados, por meio da interconexão planetária nas redes eletrônico-digitais rizomáticas, em que informações digitalizadas são trocadas e distribuídas em volumes cada vez maiores, com total

independência de lugares e culturas. Assim, a competência para adaptar-se a uma multiplicidade aleatória de conexões passa a compor os modos hegemônicos de pensar, ser e estar. Nas redes eletrônico-digitais rizomáticas tornamo-nos corpos-digitais —anistóricos e atemporais. Essa condição nos seduz, porque traz a promessa de libertação, ao menos virtualmente, de toda inibição ou restrição geográfica ou histórico-cultural. O corpo-digital é múltiplo, flexível, variante. É essencialmente informação, aberto a toda conexão possível. Assim como a tela, não deve reter nada, dobrando-se e redobrando-se continuamente diante da multiplicidade e aleatoriedade das linhas rizomáticas do espaço eletrônico-digital de fluxos informacionais. Porém, as possibilidades ilimitadas de pensar, ser e estar, ao mesmo tempo em que exercem considerável sedução, esvaem-se diante da abrangência e do excesso de informações do universo ultra-veloz e rizomático da digitalidade. Dessa forma, a subjetividade flexível, variável, mutante, engendrada em inúmeros impulsos momentâneos de conexão, empreende uma busca frenética para manter-se na brevidade dos *nós* flexíveis que a constituem. Desse modo, o tempo da vida torna-se tempo de consumo informacional, o tempo de consumo informacional se torna força de consumo informacional, e a força de consumo informacional torna-se força de produção informacional.

Flexibilidades no ensinar e aprender

A escola moderna é uma instituição privilegiadamente investida dos procedimentos disciplinares de confinamento, enquadramento e vigilância. Essa escola, outrora a grande responsável pela produção de indivíduos dóceis e úteis, perde, contemporaneamente, grande parte de sua influência. A ênfase nos procedimentos do controle, centrados na instantaneidade e reversibilidade dos fluxos informacionais nas redes eletrônico-digitais rizomáticas, produz e legitima uma forma de organização social não limitada aos espaços distintos e episódicos da disciplina. O indivíduo dócil, outrora forjado nas carteiras escolares, onde as regras de escolarização eram claramente definidas —conforme uma autoridade hierárquica e centralizada— cede lugar a um indivíduo flexível, engendrado em inúmeros impulsos momentâneos de conexão e em múltiplos contextos contemporâneos, onde não há fronteiras fixas e regras claras.

No âmbito do currículo, concebido como um artefato cultural cuja forma e conteúdo são definidos num campo de lutas verifica-se, atualmente, uma forte disposição pedagógica em prol do rompimento com uma organização disciplinar hierárquica e arborescente dos saberes. Advoga-se uma organização curricular cujo princípio é a resolução de problemas em situações de incerteza. Esse movimento parece demonstrar o investimento dos procedimentos do controle no campo da educação, que passa, agora, a ter de lidar com fronteiras móveis e mutantes. Os alunos e os professores, nesse contexto, têm de desenvolver competências e habilidades de modo a serem pessoalmente flexíveis e aptos a agirem em contextos que não têm nenhum conjunto claro de fronteiras ou respostas simples (POPKEWITZ, 1998). Professor e aluno devem desenvolver competências para a contínua resolução de problemas de forma flexível, independente de instâncias centralizantes, num processo contínuo de adaptação a situações complexas e cambiantes. Dessa forma, a escola deverá passar de uma lógica de transmissão de conteúdos compartimentalizados e hierarquizados para uma lógica de desenvolvimento de competências. Assim, o foco da educação escolar deixa, então, de ser o conteúdo para centrar-se no desenvolvimento de competências para solução-de-problemas. Por exemplo, ao invés de estudar a Lei de Ohm, o mais importante será saber como se servir da Lei de Ohm. A apropriação de conteúdos é preterida em favor do desenvolvimento de competências (saberes úteis e imediatos).

A Lei 5692/71, promulgada num tempo histórico, cujas instituições estavam bem mais investidas dos procedimentos da disciplina, ao menos no Brasil, que na ocasião era governado por militares, confere um destaque especial para a ordenação dos conteúdos curriculares em séries anuais distintas. No artigo 8º, parágrafo primeiro, admitia-se a organização semestral no ensino de 1º e 2º graus e, no de 2º grau, a matrícula por disciplina sob condições que

assegurassem o relacionamento, a ordenação e a seqüência dos estudos. Desse modo, os conteúdos previstos para cada série temporal deveriam ser rigorosamente cumpridos. O final —o ponto de distinção entre as séries sucessivas— era fixado por meio de uma prova ou exame. Os alunos com aproveitamento insuficiente deveriam ser submetidos a estudos de recuperação para que pudessem freqüentar a série seguinte, de modo que todos os alunos cumprissem rigorosamente todos os componentes anteriores, dando continuidade a uma complexidade sempre crescente.

A LDB 9394/96 desloca o foco de atenção dos conteúdos para o processo de aprendizagem. Por conta dessa prioridade, toda forma de organização curricular que for necessária e útil para que o aluno efetivamente aprenda, passa a ser válida, abrindo caminho para uma flexibilização sempre crescente da organização curricular e, por conseqüência, da vida escolar. Pela alínea “a” do artigo 24 devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período letivo sobre os de eventuais provas finais (exames). Ao mesmo tempo, pela alínea “b” é possível acelerar os estudos para alunos com atraso, e pela alínea “c” é possível avançar nos cursos e nas séries, se o aluno mostrar aprendizado para tanto. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) enfatizam tal prioridade, ao disporem que embora “a organização da escola seja estruturada em anos letivos, é importante uma perspectiva pedagógica em que a vida escolar e o currículo possam ser assumidos e trabalhados em dimensões de tempo mais flexíveis” (PCN, 1997: 61). Isso se justifica, conforme os PCN, pela necessidade de desenvolvimento de competências para adaptação às complexas e cambiantes condições de trabalho e para lidar com a rapidez na produção e circulação de novos conhecimentos e informações que têm sido avassaladores e crescentes.

A centralidade no processo ensino-aprendizagem, uma via de mão dupla e reversível, talvez represente, hoje, a versão pedagógica para o par “consumir informação” e “tornar-se informação consumível”. Já não há mais lugar para “verdades” científicas que devem ser traduzidas pela via única do professor. O foco de aferição centra-se no desenvolvimento de capacidades para utilizar informações em contextos adequados. No processo ensino-aprendizagem, o professor que ensina, também aprende; e os alunos que aprendem, também ensinam. A pergunta central deixa de ser como se deve ensinar, e passa a ser como se aprende independente do ensino. O professor, assim, deixa de ser aquele que detém a autoridade do ensino dos conteúdos disciplinares. Ele passa a ser um gestor, um gerente, um guia, um tutor, um mediador do aprendizado. Não há mais a rigidez requisitada pelo currículo disciplinar arborescente, mas a flexibilidade demandada pelo investimento dos procedimentos do controle na educação escolarizada.

Assim, a ênfase dos processos de subjetivação na escola parece se deslocar, agora, da docilidade para a flexibilidade. Recorrendo-se à origem etimológica das palavras dócil e flexível, a fim de diferenciá-las de modo que possam descrever situações e coisas diferentes, temos que docilidade —qualidade de quem é dócil— e flexibilidade —qualidade do que é flexível, maleável— podem denotar a mesma coisa. De maneira geral, a docilidade, que tem um caráter de “ensinável” e “aprendível”, tende à permanência ou pelo menos a longas durações, pois que atinge o âmago, a alma, dos sujeitos. A flexibilidade tende a ser sempre provisória, sem vínculos profundos, e é capaz de reversão a qualquer momento. (VEIGA-NETO, 2008)

Depreende-se das definições anteriores que dócil está mais para repetição, continuidade, memorização, poupança, coerção; e flexível está mais para mudança, descontinuidade, esquecimento, crédito, comunicação. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que a docilidade está mais para a disciplina, assim como a flexibilidade está mais para o controle. Porém, a proximidade desses termos talvez indique que os procedimentos da disciplina e os procedimentos do controle, parafraseando Deleuze & Guattari (1996), efetivamente se distinguem, mas não são inseparáveis, embaralham-se um com o outro e um no outro.

A questão do uso do telefone celular na sala de aula tem ensejado calorosas discussões. Verifica-se que as investidas no sentido de regulamentação do uso desse aparelho na sala de aula, representam mais um movimento de endurecimento para restabelecer a distinção do público e do privado, do dentro e do fora, distinções muito caras à disciplina escolar. Visam, também, endurecer para “baixar a pressão” na sala de aula, introduzida pelo entrechoque de subjetividades flexíveis com subjetividades dóceis. Essas são produzidas na oposição vigiar/ser vigiado em rotinas de longo prazo, em espaços distintos e episódicos. Aqueles são engendradas na oposição “consumir informação/tornar-se informação consumível” em inúmeros impulsos momentâneos de conexão (*nós flexíveis*) nas redes eletrônico-digitais rizomáticas, em escala planetária.

Com base nessas reflexões, conclui-se que o uso reiterado do telefone celular na sala de aula pelo alunado, causa de tantos conflitos e contendas, não é uma expressão de rebeldia do aluno contra o professor ou contra a escola. Mas, a manifestação de uma subjetividade flexível, diferente da subjetividade dócil —tradicionalmente requerida no espaço fechado da sala de aula. Tais comportamentos renitentes dos alunos podem ser compreendidos, também, conforme Veiga-Neto (2008), como uma forma de luta contra as arquiteturas tradicionais de disciplinamento que dividem e hierarquizam os saberes. Eles podem ser vistos, ainda, como manifestações tanto da atual transição *de* práticas centradas na vigilância disciplinar *para* práticas centradas na instantaneidade e reversibilidade dos fluxos informacionais nas redes eletrônico-digitais rizomáticas —e no conseqüente controle que eles promovem— quanto da correlata mudança nos modos de subjetivação, cuja ênfase parece se deslocar *da* docilidade *para a* flexibilidade.

BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BRASIL. Lei nº 5671 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 12.08.1971.
- BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 23.12.1996.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – v.1* 10.ed. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- DELEUZE, Gilles. Sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. pp. 219-226.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.1*. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto da Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.3*. Trad. Aurélio Guerra Neto *et alli*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 12884, 03 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a utilização de aparelhos de telefonia celular nos estabelecimentos de ensino do Estado do Rio*

Grande do Sul. Disponível em: <http://www.giovanicherini.com/leis_Aprovadas.html>. Acesso: 24/fev/2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC/RJ, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramalhete. 25.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

LEMOS, André. *Bodynet e Netcyborgs: sociabilidade e novas tecnologias na cultura contemporânea*. Disponível em: <www.comunica.unisinos.br/tics/textos/1997/1997al.pdf>. Acesso: 19/jan/2008.

LEMOS, André. *Cibercultura e mobilidade: a era da conexão*. Razón y palabra, Mexico, v.41, 2004. Disponível em: <www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cibermob.pdf>. Acesso: 19/jan/2008.

MORAES, Antonio Luiz. *Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível*. Canoas/RS: ULBRA/PPGEDU, 2008. (Dissertação de Mestrado).

POPKEWITZ, Thomas. Reforma educacional e construtivismo: o Estado como uma problemática de governo. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 95-142.

VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da Modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. In: PERES, Eliane et alii (Orgs.). *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. pp. 35-58.

* Texto para o *IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares* (UFSC, Florianópolis, Brasil), em setembro de 2008. Publicado em:

MORAES, Antônio Luiz; VEIGA-NETO, Alfredo. *Disciplina e controle na escola: do aluno dócil ao aluno flexível*. In: *Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares* Florianópolis: UFSC, 2008. p.1-18. ISBN: 978-85-87103-39-0.

** **Antônio Luiz Moraes** é Graduado em Filosofia; Especialista em Administração da Educação; Mestre em Educação; Doutor em Educação. Coordenador de Disciplina do Colégio Maria Auxiliadora (Canoas/RS).

antoniomoraes@pop.com.br

*** **Alfredo Veiga-Neto** é Graduado em História Natural e em Música; Mestre em Genética; Doutor em Educação; Professor Titular do Departamento de Ensino e Currículo e Professor Convidado Permanente do PPG-Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

alfredoveiganeto@gmail.com